



Comunicado de Imprensa Nº 13/32
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
1 de Fevereiro de 2013

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

FMI Conclui Visita à República Democrática de São Tomé e Príncipe

O senhor Ricardo Velloso, chefe de missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para São Tomé e Príncipe, visitou São Tomé de 25 a 31 de Janeiro de 2013, para conhecer em pormenor as intenções de política económica do novo Governo, dar seguimento as necessidades e prioridades de assistência técnica, e reunir-se com os representantes dos principais parceiros de desenvolvimento do País.

O programa económico de médio prazo das autoridades é apoiado pelo Instrumento de Crédito Prolongado (ECF na sigla em inglês)¹ do FMI no montante de DES (Direitos Especiais de Saque) 2,59 milhões (cerca de US\$4 milhões). Esse acordo foi aprovado pelo Conselho de Administração do FMI em 20 de Julho de 2012, e a missão para a primeira revisão do acordo está prevista para Março de 2013 (veja [Comunicado de Imprensa Nº 12/272](#)).

Durante esta missão, o senhor Ricardo Velloso manteve encontros profícuos com o Primeiro-ministro, Gabriel Costa, o Ministro do Plano e Finanças, Hélio Almeida, a Governadora do Banco Central, Maria do Carmo Silveira, bem como com altos funcionários do Governo e representantes dos principais parceiros de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Na conclusão da sua visita, o senhor Ricardo Velloso, Chefe da Missão do FMI para São Tomé e Príncipe, emitiu a seguinte declaração:

“As autoridades do novo Governo compreendem plenamente a importância de se manter a disciplina fiscal como forma de dar credibilidade ao regime de câmbio fixo e para ajudar no processo de redução da inflação. Neste contexto, o projecto revisado do orçamento para 2013 deve ser guiado pelas metas fiscais no âmbito do programa com o FMI e com base em premissas conservadoras, dado que o ambiente externo provavelmente permanecerá

¹ O Instrumento de Crédito Prolongado (ECF) é o principal instrumento do FMI de apoio financeiro aos países de baixo rendimento. Este instrumento garante um maior nível de acesso ao financiamento, mais termos concessionais, maior flexibilidade na concepção do programa, e condicionalidade mais simplificada. Actualmente, o financiamento ao abrigo do ECF tem uma taxa de juro zero, um período de carência de 5,5 anos, e um prazo de maturidade final de 10 anos.

desafiador. Além disso, o Governo deve continuar a evitar empréstimos comerciais e, ao invés disso, buscar doações e empréstimos altamente concessionais para financiar os programas de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, tendo em conta a posição ainda frágil da dívida externa.

“O novo Governo deve continuar a preservar a autonomia do Banco Central e continuar a fornecer a esta instituição os recursos necessários para que esta desempenhe da melhor maneira o seu trabalho altamente técnico. Somente um Banco Central autónomo e tecnicamente equipado terá credibilidade para executar o seu desígnio de promover a estabilidade monetária e financeira do País.”